

Conclusão

Neste estudo sobre a realização dos atos diretivos, em língua oral, no português do Brasil, utilizamos uma abordagem interdisciplinar, englobando aspectos lingüísticos e culturais, para demonstrar a pluralidade de construções possíveis para a realização dos atos de pedir e ordenar. Podemos relacionar essa diversidade com o fato de esses atos serem potencialmente ameaçadores às faces dos interlocutores e serem ricos em implicações sociorrelacionais. Sendo assim, há uma tendência à utilização de diversos procedimentos protetores da face na realização dos mesmos.

Esta pesquisa mostrou que as práticas protetoras da face utilizadas pelos participantes podem ocorrer no ato principal, ou seja, na proposição do pedido, ou nas seqüências que antecedem ou sucedem o ato de pedir (pré-pedido, justificativa, motivação). Dentre as estratégias que atenuam o ato de ameaça à face (AAF) e que ocorrem no ato principal, destacamos a indiretividade convencional e não convencional; a utilização de diminutivos; a entonação de pergunta; as expressões cristalizadas de polidez; as expressões formulaicas com *dar* e *será*; indicação da localização e do beneficiário; e o uso de vocativos que denotam afeto. Observamos que são freqüentes os atos de pedir indiretos, ou seja, atos que assumem aparência de outros atos, como atenuadores dos atos ameaçadores de face. Assim, há necessidade de distinguir a estrutura formal e o valor ilocutório dos atos diretivos. Dentre as estratégias atenuadoras, externas ao ato principal, destacamos o pré-pedido, a justificativa, a motivação do pedido e os minimizadores de custo.

Foram registradas também estratégias que reforçam o teor de imposição da ordem. Dentre os procedimentos agravadores que ocorrem no ato principal, destacamos: o uso do tempo verbal imperativo, os elementos lexicais que denotam impaciência (ex: agora, já etc), a reiteração da ordem, a interrupção da fala do interlocutor e a asserção da obrigação de cumprir a ordem. Dentre os procedimentos agravadores externos ao ato principal, destacamos a justificativa, a motivação da ordem e a ameaça explícita.

Além disso, constatamos que a escolha das construções e dos procedimentos que agravam ou atenuam o ato de imposição está condicionada ao contexto, ao contrato social entre os participantes, ou seja, ao sistema de direitos e deveres que é estabelecido pelo contexto, e à intenção do falante em ser mais ou menos direto. Percebemos que as construções dos atos diretivos, além de refletirem a maneira como os participantes se tratam, influenciam a reação ao ato solicitado assim como a relação interpessoal.

Destacamos também as variáveis “poder” e “distância social”, propostas por Brown e Levinson (1987), como fatores que interferem na maneira como as formulações são construídas. Em relação à variável “poder”, nas relações assimétricas, foram registradas tanto formas autoritárias quanto dissimuladoras. As formas mais autoritárias, ou seja, mais diretas e explícitas, foram utilizadas em situações com desafio e muita desigualdade de poder, como, por exemplo, na fala do delegado com a diarista e do secretário do chefe da diarista com ela (Cf.p.75,78). Ainda nesse contexto, observamos a utilização de estratégias de impolidez, como, por exemplo, a ameaça explícita, a interrupção da fala do interlocutor e a expulsão, que são atos de ameaça à face em si.

Ainda nas relações assimétricas, foram registradas construções que dissimulam a imposição do ato diretivo e o poder entre os falantes. Na relação entre patroa e empregada, por exemplo, quem detém maior poder utiliza estratégias de envolvimento com muita frequência. A patroa mitiga o seu poder e o teor de imposição da ordem, através da regra da camaradagem – “seja amigável”. Com isso, ela faz com que o subordinado se sinta bem e parece não ser autoritária. Nesse contexto, observamos, ainda, formulações de ordens ricas em diminutivos, as quais infantilizam quem está sendo controlado. O nosso estudo evidencia que a utilização de recursos afetivos na expressão das ordens cria uma relação de intimidade e de proximidade no trabalho e, assim, protege as faces dos participantes, possibilitando o exercício do poder sem que seja necessária a explicitação de marcadores de relação assimétrica.

Em relação ao fator distância, um ponto importante que observamos foi que a distância social entre os interlocutores, muitas vezes, é reduzida através da transferência da fala profissional para a fala pessoal, numa tentativa de transpor as relações da *rua*, nesse caso, a relação de trabalho, por relações da *casa*. Essa estratégia utilizada para negociar o controle da relação no ato de pedir foi utilizada

por falantes que detêm maior poder, principalmente por mulheres, como uma máscara para dissimular o poder, envolver o interlocutor e, conseqüentemente, persuadi-lo.

Quanto à abordagem dos atos diretivos nas gramáticas de PLM e PL2-E, observamos que o tema não é tratado de maneira satisfatória. As gramáticas analisadas focalizam as estruturas lingüísticas, sem tratar os aspectos contextuais e culturais que permeiam toda a negociação dos atos diretivos. Além disso, as gramáticas analisadas não mostram a complexidade da organização estrutural das formulações. Não há informação sobre os atos individuais (pré-pedido, ato principal, justificativa, motivação) que compõem o macroato de fala de pedir/ordenar. Sendo assim, neste estudo, procuramos mostrar a organização das partes constitutivas dos atos diretivos. Além disso, propusemos uma classificação desses atos de acordo com o nível de diretividade. Essa classificação nos permitiu observar que há muitos meios de suavizar ou de agravar a realização de um ato de ameaça à face. Procuramos demonstrar que as estratégias discursivas utilizadas para atenuar ou agravar o AAF (ex: proximidade, camaradagem, englobamento da *rua* pela *casa*, autoridade etc) refletem a maneira como os interlocutores se posicionam no relacionamento com o outro.

Como apontamos em nossa análise, os procedimentos suavizadores do AAF, ou seja, as estratégias de polidez utilizadas consistem num conjunto de recursos lingüísticos, que o locutor utiliza para minimizar o teor de imposição implicado nos diretivos. Nossos resultados mostram que algumas estratégias de polidez relacionam-se com aspectos da cultura brasileira. Podemos destacar, por exemplo, a regra da camaradagem – seja amigável, que é uma regra da polidez cunhada por Lakoff (1973), com a estratégia de englobar a *rua* com a *casa*, que consideramos uma peculiaridade da cultura brasileira. Constatamos que, através da transferência da fala profissional (*rua*) para a fala pessoal (*casa*), o locutor que detém maior poder simula proximidade e amizade com quem está sendo controlado, para que a ação desejada seja realizada sem imposição. Dessa forma, o locutor preserva as faces dos participantes, minimiza o ato de imposição e parece ser amigável. Observamos também a utilização de um tipo de estratégia de navegação social, com a qual o subordinado toma a projeção social do seu patrão para inferiorizar outro indivíduo, que é igual a ele, e obter vantagens na vida

social. Também foram registradas estratégias do favor ou do jeitinho, como uma forma de obter um tratamento diferenciado na vida social.

Ainda focalizando a questão cultural, podemos relacionar as estratégias autoritárias registradas no ato de ordenar com aspectos da sociedade brasileira. Segundo o antropólogo DaMatta (1987), vivemos numa sociedade hierárquica, que separa os indivíduos e tenta manter as classes sociais afastadas e sujeitas a um tratamento diferenciado na vida social. Normalmente, não divulgamos para o estrangeiro as atitudes autoritárias que fazem parte da vida social do Brasil, pois, além de não serem motivo de orgulho, essas atitudes se contrapõem aos traços utilizados para definir o nosso modo de ser, como por exemplo, a cordialidade, a afetuosidade, o jeitinho e a malandragem. A partir da nossa análise, podemos esboçar um perfil comunicativo ou *ethos* da sociedade brasileira, ou seja, a maneira de o brasileiro se comportar durante a interação.

Em relação ao ensino/aprendizagem dos atos diretivos como L2-E, é importante ressaltar a importância de o aluno estrangeiro aprender as formas preferidas de comunicação da cultura brasileira. Dessa forma, a abordagem de ensino deve englobar aspectos lingüísticos e culturais, como, por exemplo, os motivos sociais que influenciam as escolhas das construções dos atos diretivos. Precisamos formar falantes reflexivos, que sejam capazes de escolher as formulações dos atos diretivos mais apropriadas às situações comunicativas.

Outro aspecto importante em relação ao ensino/aprendizagem de PL2-E é que o estilo de comunicação utilizado na cultura brasileira, em geral, contextual, ou seja, conduzido de modo circular e, ainda, com riqueza de detalhes, pode causar estranhamento ao aluno estrangeiro proveniente de uma cultura cujo estilo de comunicação é linear. Principalmente em situações nas quais existe ameaça à face dos interlocutores, como no caso dos atos verbais de pedir, é esperado que o falante não vá direto ao ponto. Então, no português do Brasil, utilizamos inúmeras estratégias para minimizar o teor de imposição do ato, antes de pronunciarmos o pedido propriamente dito. Prefaciamos o ato principal com diferentes tipos de pré-pedidos, e, freqüentemente, expressamos a razão do pedido para, finalmente, explicitarmos o que queremos que o nosso interlocutor faça. Sendo assim, é fundamental que o aluno estrangeiro aprenda a reconhecer e utilizar essas estratégias comunicativas atenuadoras do teor de ameaça implicado no ato de

pedir, para que o seu procedimento seja adequado ao padrão de polidez da cultura na qual ele está sendo inserido.

Ainda com relação ao ensino/aprendizagem de PL2-E, sabemos que, através do uso que os falantes fazem da língua, eles constroem determinadas identidades sociais. A identidade lingüística que o aluno estrangeiro construir durante a interação vai influenciar a sua inserção na cultura brasileira. Então, é importante que o aluno estrangeiro aprenda as regras da polidez lingüística da cultura brasileira, pois essas regras regulam a negociação das identidades dos indivíduos. A utilização de procedimentos lingüísticos polidos na realização dos atos diretivos, além de preservar as faces dos participantes e reduzir os conflitos que possam surgir durante a interação, é uma ferramenta importante para o aluno estrangeiro atingir os seus objetivos.

O estudo que apresentamos revela a complexidade e a diversidade de construções possíveis para os atos diretivos, em situações de comunicação. Sendo assim, apontamos a necessidade de se aprofundar o tema em questão e sua relação com a polidez e impolidez na cultura brasileira. Enfim, acreditamos que este estudo lança luz sobre aspectos lingüístico-culturais da sociedade brasileira e contribui para a descrição dos atos diretivos, em língua oral, no português do Brasil, auxiliando no ensino de PL2-E.